



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº _____

1572/2022

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira Colares e ao Presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel, Claudius Vinicius, o seguinte pedido de informações:

Considerando a publicação da portaria **PORTARIA CONJUNTA SMASAC/URBEL Nº 008/2021**, que regulamentou e determinou os fluxos da Lei Municipal nº 11.166/2019, conhecida como Lei Morada Segura, que alterou a Lei nº 7.597/98 com o objetivo de incluir mulheres em situação de violência atendidas e encaminhadas por equipamentos públicos municipais no programa de assentamento de famílias do município.

Considerando a competência desta Comissão em tratar assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania, dentre os quais o direito à moradia digna, e sobre o tratamento dispensado às questões dos posseiros, dos sem-terra, dos migrantes e dos sem-casa no município, solicitamos que sejam respondidas as perguntas abaixo:

1. A lei Morada Segura tem por objetivo proteger a mulher mediante a garantia de moradia digna, segura e permanente. Por que foi indicado o programa Locação Social como a opção de assentamento preferencial indicada pelo município? Essa decisão política de priorização foi debatida no Conselho Municipal de Habitação e foi aprovada pelos conselheiros?
2. Qual o número de mulheres que já foram contempladas? Dessas quantas iniciaram o processo para serem incluídas no Programa Locação Social? Existe algum cadastro das requerentes do benefício? Em caso da existência de cadastro, quantas

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 21/08/22
HORA. 12:59:17

são as mulheres já inscritas?

3. Quais os dados de atendimento pela política em 2022, bem como a previsão para o ano de 2023?
4. Qual é o plano de trabalho da secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, acerca do direito à moradia de mulheres atendidas pela lei moradia segura?
5. Para além das modalidades temporárias de auxílio moradia existe a perspectiva de inclusão das mulheres em alguma modalidade permanente de moradia. Se sim, quais os critérios técnicos para isso?
6. Em caso de resposta afirmativa da questão 4 quais seriam os critérios para a inclusão?
7. Quais os critérios de análise para a inclusão na política adotados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania? São adotados critérios de raça, renda, escolaridade e local de moradia das mulheres?
8. Quanto às mulheres que serão contempladas existe a expectativa de incluir mulheres que já romperam com a situação de violência mas que ainda não conseguiram se reestruturar, como estar em abrigo?

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2022

ISABELLA
GONCALVES

MIRANDA:08620238
663

Assinado de forma digital
por ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:08620238663
Dados: 2022.08.24
12:56:43 -03'00'

Vereadora Bella Gonçalves

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

24 / 08 / 22

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
1575/2022

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao senhor Claudius Vinícius Pereira Leite, presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), pedido de informações sobre famílias que estão recebendo bolsa moradia em função de remoções feitas pelas obras da Via 710 realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Em setembro de 2014 foram iniciadas as obras da Via 710, que liga as Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte, mais precisamente as Avenidas dos Andradas e Cristiano Machado. Tal obra foi realizada com o intuito de facilitar a circulação de veículos entre essas regiões sem a necessidade de uso das vias do centro da cidade.

Tendo sido acionada por antigos moradores, afetados por essa intervenção urbana, tomei conhecimento que, cerca de 50 (cinquenta famílias), que moravam onde foi construído o viaduto, ligando o bairro União ao Fernão Dias, estão recebendo o bolsa moradia há cerca de 07 (sete) anos. Informaram ainda que, haveria a indicação de reassentamento na própria região, em 03 (três) anos, no entanto, isso não aconteceu.

Considerando tais fatos, com vistas ao acompanhamento dos direitos urbanos dessas famílias, requer que sejam encaminhadas as seguintes informações com envio de documentos pertinentes:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 26/08/2022
HORA: 13:04:40

- 1) Quantas famílias encontram-se na mesma situação narrada?
- 2) Há previsão de reassentamento dessas famílias? Se sim, em qual local? E em qual tipologia de unidade habitacional?
- 3) Houve algum acordo assinado entre o Poder Público Municipal e essas famílias? Se sim, requer cópia desse documento.
- 4) Por fim, requer o mapa e documentos relativos à intervenção que atingiu esses moradores.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022

ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:086202386
63

Assinado de forma digital por
ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:08620238663
Dados: 2022.08.26 13:00:10 -03'00'

Vereadora Bella Gonçalves

À Senhora

Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 26/08/2022 16:17:24 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Requerimento Via 710.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	e81e80f6b952dd462c18a1ab942cc2d1668e52309c6d9ff0b96074ff51610555
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES MIRANDA:***202386**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

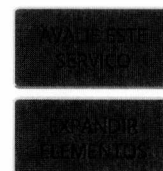
Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
26 / 08 / 22
[Assinatura]
Responsável pela distribuição



Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

1576/2022

Senhora Presidenta,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja alterada a data da audiência pública, com a finalidade de debater a situação fundiária, as remoções por risco e os impactos da mineração na ocupação Terra Nossa localizada na região do Leste em Belo Horizonte, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 1553/2022, para nova data, a ser definida posteriormente, mantidos os demais dados.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022.

ISABELLA
GONCALVES

MIRANDA:08620238
663

Assinado de forma digital
por ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:08620238663
Dados: 2022.08.26
15:10:42 -03'00'

Vereadora Bella Gonçalves

À Senhora Vereadora Bella Gonçalves

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 26/08/2022 18:14:01 UTC
Versão do software 2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Alteração Aud. Pub. Terra Nossa.pdf
Resumo SHA256 do arquivo e0a95d19a484f2ae6ee0502b2446c07550acc86fa0bed2c4af8a188e90d20bd3
Tipo do arquivo PDF
Quantidade de assinaturas 1
Quantidade de assinaturas ancoradas 1

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES MIRANDA:***202386**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada
Status da assinatura Aprovado
Caminho de certificação Aprovado
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica Aprovada
Resumo criptográfico Correto
Status dos atributos Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

26 108 122

huf/600

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER EM SEGUNDO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 240/2021

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 240/2021, de autoria do nobre Vereador Marcos Crispim e das nobres Vereadoras: Nely Aquino; Flávia Borja e Professora Marli, "Dispõe sobre a utilização do cordão de girassol como símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município e dá outras providências", vem a esta Comissão, para análise e parecer em 2º turno.

O Projeto foi aprovado em 1º turno no dia 14/07/2022, tendo recebido emendas, retoma a tramitação nas comissões, conforme dispõe o Regimento Interno.

A Comissão de Legislação e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1, 2, 3, 4, 6 e 7 e pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade das emendas 5 e 8 apresentadas ao Projeto de Lei nº 240/2021.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto, nos termos do art. 52, VIII, "a", "d" e "e", do Regimento Interno desta Casa, quais sejam, assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania; assuntos relativos à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa com deficiência e aos grupos sociais minoritários; desenvolvimento e assistência social.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei tem por finalidade a utilização do cordão de girassol como símbolo para a identificação da pessoa com deficiência oculta no Município, entendendo-se por pessoa com deficiência oculta aquela que possui impedimento de longo prazo, de natureza mental, intelectual ou sensorial, que possa impossibilitar sua participação plena e efetiva na sociedade quando em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ao todo foram apresentadas 8 emendas.

Passo a análise:

As emendas de número 1 e 2 de autoria da Comissão de legislação e Justiça dispõe que:

- Emenda Supressiva nº 1

"Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei 240/2021."

- Emenda Substitutiva nº 2

Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei nº 240/2021:

"Art. 6 - O não cumprimento do disposto no caput do art. 4º desta lei e em seu §1º, acarretará ao servidor público responsabilização administrativa pelo exercício irregular de suas funções."

A Emenda nº 3 de autoria do Vereador Bruno Miranda dispõe:

- Emenda Supressiva nº 3

"Suprimam-se do Projeto de Lei nº 240/21 o art. 6º, renumerando-se os artigos subsequentes."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

As emendas de número 4 a 8 são de autoria conjunta do Ver. Bráulio Lara; da Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé e da Ver.(a) Marcela Trópia dispondo respectivamente que:

- Emenda Substitutiva nº 4

Dê a seguinte redação ao §1º do art. 4º do Projeto de Lei nº 240/2021: "Art. 4º [...] §1º- Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, as repartições públicas, as empresas prestadoras de serviços públicos e os estabelecimentos privados deverão oferecer atendimento prioritário à pessoa com deficiência oculta que esteja portando o cordão de girassol."

- Emenda Aditiva nº 5

Acrescente-se o art. 7º do Projeto de Lei nº 240/2021, renumerando-se os demais artigos: "Art. 7º - Decreto do Poder Executivo regulamentará o procedimento para a emissão do cordão de girassol, que será condicionada à apresentação de laudo médico comprobatório da deficiência oculta e documentação pessoal do usuário."

- Emenda Substitutiva nº 6

Altera o caput do art. 4º do Projeto de Lei nº 240/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4º- Ao portar o cordão de girassol, a pessoa com deficiência oculta terá os direitos a atenção especial e a atendimento prioritário e humanizado assegurados."

- Emenda Aditiva nº 7

Acrescenta-se o seguinte §3º ao art. 4º do Projeto de Lei nº 240/2021: "Art. 4º [...] §3º - A utilização do cordão não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência oculta, caso seja solicitado."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Emenda Aditiva nº 8

Acrescente-se o seguinte §3º ao art. 6º do Projeto de Lei nº 240/2021: "Art. 6º - [...] §3º - Decreto do Poder Executivo disciplinará as responsabilizações e suas respectivas graduações aos entes privados."

As emendas 1 e 3 de autoria da Comissão de legislação e Justiça e do Vereador Bruno Miranda, respectivamente, são emendas supressivas de dispositivos do PL240/2021. Não visualizamos nas supressões nenhum ato discriminatório, humilhante ou atentatório dos direitos das pessoas com deficiência, muitos menos a imposição de privilégios a elas. Por entender que as emendas estão de acordo com as alíneas a serem analisadas por essa comissão, voto pela aprovação.

A Emenda n.º 2 de autoria da Comissão de legislação e Justiça, confere nova redação ao artigo 6º, do Projeto de Lei nº 240/2021: aperfeiçoa o texto original da proposição legislativa adequando-o ainda mais ao fim que objetiva, com uma redação adequada. Não verificamos por parte da iniciativa legislativa, nenhum ato discriminatório, humilhante ou atentatório dos direitos das pessoas com deficiência, muitos menos a imposição de privilégios a elas. Por entender que a emenda está de acordo com as alíneas a serem analisadas por essa comissão, voto pela aprovação.

As Emendas n.º 4, 6 e 7 ,de autoria conjunta do Ver. Bráulio Lara; da Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé e da Ver.(a) Marcela Trópia: aperfeiçoam o texto original da proposição legislativa adequando-o ainda mais ao fim que objetiva, com uma redação adequada. Não verificamos por parte da iniciativa legislativa, nenhum ato discriminatório, humilhante ou atentatório dos direitos das pessoas com deficiência, muitos menos a imposição de privilégios a elas. Por entender que as emendas estão de acordo com as alíneas a serem analisadas por essa comissão, voto pela aprovação.

As Emendas n.º 5 e 8 ,de autoria conjunta do Ver. Bráulio Lara; da Ver. (a) Fernanda Pereira Altoé e da Ver.(a) Marcela Trópia, emenda 5 exige a apresentação de documento comprobatório da deficiência oculta e emenda 8



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

determina por Decreto do Poder Executivo disciplinamento, responsabilizações e gradações aos entes privados. A exigência de apresentação de documento comprobatório de deficiência e o disciplinadamente, responsabilizações e gradações dos entes privados por parte do poder executivo tornam-se totalmente injustificáveis, e, são apenas instrumentos burocráticos. Vislumbramos pois, confrontos com as alíneas 'a' e 'd' analisadas por essa comissão sob pena de violação dos princípios dos Direitos Humanos, voto pela rejeição.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, concluo pela **APROVAÇÃO** das emendas n.º 1,2,3,4,6,7 e pela **REJEIÇÃO** das emendas 5 e 8 ao Projeto de Lei nº 240/2021.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2022.

α

Vereador Walter Tosta
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER EM SEGUNDO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 390/2022

Voto da Relatora

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 390/2022, de autoria do Executivo, altera a Lei nº 11.314, de 5 de outubro de 2021, que institui o Programa Auxílio Belo Horizonte, para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19. Em primeiro turno, foi examinado pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, tendo as Comissões de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor e de Orçamento e Finanças opinado, ambas, pela aprovação.

Aprovado em Plenário, segue seu trâmite em segundo turno para análise das Comissões a respeito da Emenda 1, de autoria do Vereador Gabriel, sobre a qual a Comissão de Legislação e Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Tendo sido designada relatora, passo a emitir meu parecer quanto ao mérito da Emenda 1, especialmente no que diz respeito aos "assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania", aos "assuntos relativos à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa com deficiência e aos grupos sociais minoritários" e ao "desenvolvimento e assistência social", nos termos do art. 52, VIII, "a", "d" e "e", do Regimento Interno desta Casa.

FUNDAMENTAÇÃO

O Programa Auxílio Belo Horizonte, de caráter provisório, para famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e insegurança social, como medida de enfrentamento às consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19, fruto de muita luta já registrada no parecer desta Comissão em primeiro turno, foi instituído pela Lei nº 11.314, de 5 de outubro de 2021, decorrente do Projeto de Lei 159/2021, que assim dispõe:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Auxílio Belo Horizonte, de caráter provisório, para famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e insegurança social, como medida de enfrentamento às consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 25/08/2022
HORA: 15:17:20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 2º - Constituem benefícios do Programa Auxílio Belo Horizonte, a serem concedidos a partir da regulamentação desta lei:

I - subsídio financeiro de R\$600,00 (seiscentos reais) por família, disponibilizado em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas de R\$100,00 (cem reais);

II - subsídio financeiro de R\$100,00 (cem reais) mensais por família com estudante matriculado na Rede Municipal de Educação, disponibilizado até a regularização da oferta da alimentação escolar;

III - subsídio financeiro de R\$600,00 (seiscentos reais) por família em situação de pobreza, disponibilizado em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas de R\$100,00 (cem reais);

IV - subsídio financeiro de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) por família em situação de extrema pobreza, disponibilizado em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas de R\$200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único - Os subsídios previstos nos incisos do *caput* deste artigo poderão ser concedidos cumulativamente na hipótese de cumprimento dos requisitos específicos, sendo vedada a concessão simultânea dos benefícios previstos nos incisos III e IV, que são alternativos entre si.

O PL 390/2022, de autoria do Executivo, também fruto da luta pela prorrogação do benefício, altera a referida Lei e, em síntese, visa prorrogar o Programa Auxílio Belo Horizonte em quatro parcelas, mantidos os valores das parcelas em R\$ 100,00 para famílias em situação de pobreza e em R\$ 200,00 para famílias em situação de extrema pobreza. Já a Emenda 1, de autoria do Vereador Gabriel, em síntese, aumenta os valores das referidas parcelas para R\$ 200,00 e R\$ 400,00, respectivamente. Para tanto, autoriza o Poder Executivo a suplementar os créditos adicionais através do remanejamento de dotações orçamentárias próprias.

Sem prejuízo das ponderações já feitas no parecer desta Comissão em primeiro turno, a prorrogação do Auxílio Belo Horizonte é medida que visa maior efetivação da dignidade da pessoa humana e, destacadamente, do direito e garantia fundamental social à alimentação e beneficia os grupos sociais minoritários economicamente, notadamente aqueles que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, fortalecendo a política emergencial de assistência social. No mesmo sentido, a proposta da emenda de aumentar o valor das parcelas amplia o benefício, de forma que também é benéfico no que diz respeito às matérias de competência desta Comissão.

Conforme também já registrado no parecer de primeiro turno desta Comissão, como bem destacou o sociólogo e lutador Betinho, "quem tem fome, tem pressa"!, pelo que se buscou celeridade na aprovação do Projeto. Caso não tivesse sido apresentada a emenda, esta Casa já teria tido condições de aprovar o Projeto, de forma que a população já poderia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

estar recebendo os valores. Isso sem prejuízo de os recursos acrescidos serem também aproveitados e revertidos à população por outra via. Assim, ainda que possa se considerar inoportuna a Emenda, por prejudicar o rápido recebimento dos valores pela população para atender a suas necessidades básicas, no mérito, é conveniente, por ampliar os benefícios, devendo, por isso, ser aprovada por esta Comissão.

Destaca-se, ainda, que, a título de exemplo, quando da análise do Projeto de Lei 126/2022, de autoria parlamentar e que tratava igualmente de renda emergencial a ser financiada também primordialmente por dotação orçamentária própria, pela abertura de créditos suplementares e/ou extraordinários para enfrentamento da pandemia do Coronavírus, a Comissão de Legislação e Justiça, entendeu por sua inconstitucionalidade e ilegalidade, ao argumento de violação da separação dos Poderes por vício de iniciativa em razão de matéria reservada ao Executivo e por entender que “proposta que cria gastos para o executivo sem fazer um estudo do impacto orçamentário da medida, colocando em risco a execução de outras políticas públicas e atividades essenciais, é inconstitucional”. Já na presente emenda, o entendimento da Comissão foi distinto, concluindo por sua constitucionalidade e legalidade. Espera-se, portanto, que o entendimento firmado à época, em parecer do próprio autor da presente emenda, tenha sido superado pela Comissão, abrindo-se o precedente da dita análise jurídica sobre o controle preventivo de constitucionalidade para maiores possibilidades de iniciativa parlamentar no sentido de buscar a garantia de direitos fundamentais da população.

Nesse sentido, tendo sido designada relatora, nesses termos, apresento de forma célere o presente parecer, esperando, mais uma vez, celeridade também por parte das demais Comissões e desta Câmara Municipal na apreciação da matéria.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela aprovação da Emenda 1 ao Projeto de Lei 390/2022.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2022

ISABELLA
GONCALVES
MIRANDA:086202386
63

Assinado de forma digital
por ISABELLA GONCALVES
MIRANDA:08620238663
Dados: 2022.08.25 15:15:39
-03'00'

Bella Gonçalves

Vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação	25/08/2022 18:18:28 UTC
Versão do software	2.9-59-g146ff02

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer - PL 398_2022 - 2ª turno.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	e7b9b9d0c11241d043fec235e818c4b8f57ff6d171942e22661e3648763706b2
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1
Quantidade de assinaturas ancoradas	1

▼ Assinatura por CN=ISABELLA GONCALVES MIRANDA:*202386**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla vS, O=ICP-Brasil, C=BR****▼ Informações da assinatura**

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos**

**AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro** ☐